

Esboço de acordo será discutido hoje com Malan

Dívida Pública

por Eliane Cantanhêde
de Brasília

É com o nariz em pé e bons trunfos políticos que o senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), relator da renegociação da dívida dos estados, desembarca hoje, às 15h30, no gabinete do ministro da Fazenda, Pedro Malan. O senador espera, pelo menos, uma definição das empresas estatais cujas dívidas poderão ser incluídas no teto de 11% de pagamento mensal das dívidas contratuais. Espera, também, boas novidades quanto aos prazos de carência e pagamento para as operações de Antecipação de Receitas Orçamentárias (Aro).

Segundo o relator, o esboço do acordo da União com os estados em pior situação financeira, como Mato Grosso, Alagoas, Piauí, Paraíba, Acre e Rondônia, podendo ser estendido a outras unidades da Federação, já está feito e se divide em quatro partes:

■ O governo federal já decidiu injetar recursos para a salvação dos estados, mas ainda não definiu as fontes de recursos. Podem vir do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), do Tesouro, de recursos externos, ou todos, de alguma forma combinada. A Caixa Econômica Federal (CEF) seria a repassadora; ■ As operações ARO seriam encaampadas pela União, mudando seu perfil. O ideal, segundo Bezerra, seria um prazo de carência de seis meses e um de pagamento de pelo menos dois

anos. Mas essa é outra definição que ele aguarda de Malan, possivelmente hoje;

■ Taxas de juro restritas a pelo menos 6% ao ano, mais ou menos nos mesmos parâmetros que a União utilizou para renegociar sua dívida externa.

■ Já há, também, uma aceitação tácita de admitir a inclusão das dívidas das Companhias de Habitação (Cohab) no percentual de 11% que, pela lei 8.227, os estados são obrigados a pagar mensalmente para amortização de suas dívidas contratuais. Mas o senador quer incluir outras empresas nesse teto, como, por exemplo, as companhias de desenvolvimento e de saneamento. Até agora, a área econômica federal só deu sinal vermelho para as companhias de energia elétrica, que têm receita própria.

Bezerra pretende cobrar o compromisso do ministro da Fazenda de apresentar uma proposta até o final deste mês, lembrando que é bom que esse prazo seja cumprido, pois o Senado tem seus trunfos políticos na negociação.

O governo, como lembrou o senador, sem muita diplomacia, tem vários projetos de seu interesse que dependem da aprovação do Senado, onde, aliás, tramitam três projetos diminuindo o teto de pagamento mensal das dívidas de 11 para 9% — que é tudo o que a área econômica federal não pode nem ouvir falar.

“Nós, os senadores, que representamos a federação, estamos muito preocupados com a situação dos estados”,

disse Carlos Bezerra, ontem. “Mas o governo federal também tem de ficar muito preocupado, porque sabe que, se não houver soluções, nada de seu interesse vai passar aqui”, acrescentou, em tom de ameaça, mas sem se referir ao projeto de maior urgência para o Executivo: a prorrogação do Fundo Social de Emergência, que está para ser votada na Câmara e depois será enviada ao Senado.

Além da dívida contratual desses estados pequenos e em situação dramática, Carlos Bezerra também intermedia as discussões dos maiores estados da Federação, responsáveis por 98% da dívida mobiliária: Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

Num debate no Senado, na semana passada, o secretário de Fazenda de Minas Gerais, João Heraldo Lima, apresentou em nome dos demais a proposta de uma solução tríplice para suas dívidas: o pagamento de parte dela com a venda de ativos; o financiamento de outra parte com recursos mais baratos, dos fundos de pensão, por exemplo; e a securitização do restante.

O Rio de Janeiro propôs, então, uma redução de 30% no total das dívidas, sob o argumento de que a União é co-responsável pela contratação dessas dívidas e pela bola de neve em que elas se transformaram em razão da política monetária. Esses estados também defendem a aplicação de parâmetros da renegociação da dívida externa na discussão da dívida interna.